

Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

iGovTIC-JUD 2016

1. Das Políticas e Planejamento

1.1. Em relação à liderança:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. o Comitê de Governança de TIC responsável pelo estabelecimento de estratégias, indicadores e metas de TIC internas ao órgão, aprovação de planos, priorização de demandas, dentre outros, é formalmente instituído.		X		
b. o Comitê de Governança de TIC é <u>composto</u> por representantes das principais áreas estratégicas do órgão, incluindo magistrado(s).		X		
e. o Comitê Gestor de Segurança da Informação, responsável por elaborar e aplicar política, gestão, processos e cultura pertinentes ao tema, dentre outros, é formalmente instituído.		X		
d. o Comitê de Gestão de TIC é <u>composto</u> pelo titular da área de Tecnologia da Informação e Comunicação e gestores das unidades ou servidores responsáveis pelos macroprocessos de governança e gestão, segurança da informação, software, serviços e infraestrutura tecnológica.		X		
e. o Comitê Gestor de Segurança da Informação, responsável por elaborar e aplicar política, gestão, processos e cultura pertinentes ao tema, dentre outros, é formalmente instituído.		X		
f. as coordenações (todas) dos macroprocessos de governança e gestão, segurança da informação, software, serviços e infraestrutura tecnológica são <u>exercidas</u> por servidores do quadro permanente de TIC do órgão em regime de dedicação exclusiva.			X	
g. as funções gerenciais (todas) relativas aos principais processos de TIC especificados na ENTIC-JUD são <u>exercidas</u> por servidores do quadro permanente de TIC do órgão em regime de dedicação exclusiva.			X	

1.2. Em relação à definição das Estratégias, Políticas e Planejamentos:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. o Plano Estratégico Institucional (PEI) com as diretrizes estratégicas, indicadores e metas institucionais do órgão, <u>fornece</u> base apropriada para o estabelecimento do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC).				X
b. o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) com as diretrizes estratégicas, indicadores e metas internas ao órgão e nacionais de TIC, dentre outros, é formalmente instituído.		X		

c. o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) <u>contempla</u> Metas e Iniciativas Estratégicas Nacionais, aprovadas nos Encontros Nacionais do Judiciário e direcionadas para a Tecnologia da Informação e Comunicação.				X
d. o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) <u>observa</u> os Indicadores e Metas de Medição Periódicas Nacionais de TIC definidos pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário.				X
e. o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) <u>observa</u> as diretrizes estabelecidas em Resoluções, recomendações e políticas inerentes à TIC instituídas para a concretização das estratégias nacionais do Poder Judiciário.				X
f. o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) <u>possui</u> pelo menos 1 (um) indicador de resultado para cada Objetivo Estratégico, o qual permite aferir o nível ou o grau de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento em relação aos aspectos contidos nos Viabilizadores de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação definidos na ENTIC-JUD.				X
g. o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) <u>possui</u> metas associadas aos indicadores de resultado.				X
h. o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) com as ações a serem desenvolvidas para que as estratégias de TIC internas ao órgão sejam alcançadas, é formalmente <u>instituído</u> .	X			
i. a Política de Segurança da Informação (PSI) com as ações a serem desenvolvidas para que as estratégias de TIC internas ao órgão e pertinentes ao tema sejam alcançadas, é formalmente <u>instituída</u> .	X			
j. a Política de Gestão de Pessoas que promove a análise situacional da área de TIC, a minimização da evasão e a valorização dos servidores do quadro permanente do órgão, dentre outros, é formalmente <u>instituída</u> .	X			
k. o Plano Orçamentário de TIC é <u>formulado</u> em harmonia com os objetivos estratégicos do órgão e de TIC.			X	
l. o Plano de Contratações de Soluções de TIC com as ações e os investimentos necessários ao alcance dos objetivos estratégicos do órgão e de TIC, dentre outros, é formalmente <u>instituído</u> .	X			
m. o Plano de Continuidade de Serviços de TIC, especialmente relativos aos ativos que suportam os serviços judiciais, dentre outros, é formalmente <u>instituído</u> .	X			
n. o Plano de Capacitação de TIC com as ações para o aprimoramento das competências gerenciais e técnicas dos servidores do quadro permanente do órgão, dentre outras, é formalmente <u>instituído</u> .	X			

1.3. Em relação à expectativa e entrega de resultados:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. o Comitê de Governança de TIC <u>define</u> e <u>comunica</u> as diretrizes para a obtenção de resultados com uso da Tecnologia da Informação e Comunicação.			X	
b. o Comitê de Governança de TIC <u>define</u> e <u>comunica</u> as diretrizes para gestão do portfólio de projetos e de ações, inclusive define critérios de <u>priorização</u> e de <u>alocação orçamentária</u> .			X	
c. o Comitê de Governança de TIC <u>define</u> e <u>comunica</u> as diretrizes para as contratações de soluções de TIC.			X	
d. o Comitê de Governança de TIC <u>define</u> e <u>comunica</u> diretrizes para avaliação do desempenho de TIC.			X	

e. as ações contidas no Plano de trabalho elaborado pelo órgão e entregue ao CNJ para atender aos critérios estabelecidos na ENTIC-JUD, previstas para o exercício em análise, estão sendo <u>executadas</u> conforme planejado.				X	
--	--	--	--	---	--

1.4. Em relação à transparência:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) é <u>disponibilizado</u> em local de fácil acesso e livre no sítio do órgão na internet (informar a URL).		X		
b. o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) é <u>disponibilizado</u> em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.		X		
c. a Política de Segurança da Informação é <u>disponibilizada</u> em local de fácil acesso e livre no sítio do órgão na internet (informar a URL).			X	
d. a Política de Gestão de Pessoas de TIC é <u>disponibilizada</u> em local de fácil acesso e livre no sítio do órgão na internet (informar a URL).		X		
e. o Plano de Contratações de Soluções de TIC é <u>disponibilizado</u> em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.		X		
f. o Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC é <u>disponibilizado</u> em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.		X		
g. o Plano de Capacitação de TIC é <u>disponibilizado</u> em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.		X		
h. os resultados com uso da Tecnologia da Informação e Comunicação, projetos e ações são <u>disponibilizados</u> em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.			X	
i. as respostas referentes ao Diagnóstico da Governança, Gestão e Infraestrutura promovido anualmente pelo CNJ, bem como o seu resultado de maturidade, são <u>disponibilizados</u> em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.			X	
j. o Plano Orçamentário de TIC é <u>disponibilizado</u> em local de fácil acesso e livre no sítio do órgão na internet (informar a URL).				X
k. os relatórios de acompanhamento referentes à execução do Plano Orçamentário de TIC são <u>disponibilizados</u> em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.		X		
l. os editais e seus respectivos anexos, questionamentos, recursos, impugnações e respostas, resultados das licitações, contratos e seus respectivos aditivos, convênios, acordos de cooperação, dentre outros documentos congêneres, desde que não tenham sido considerados sigilosos, são <u>disponibilizados</u> em local de fácil acesso e livre no sítio do órgão na internet (informar a URL).				X
m. os estudos preliminares das contratações de soluções de TIC, desde que não tenham sido considerados sigilosos, são <u>disponibilizados</u> em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.		X		
n. o portfólio de projetos de TIC é <u>revisado</u> e <u>disponibilizado</u> em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.		X		
o. o catálogo com as soluções de software desenvolvidas e sustentadas ou mantidas pela área de TIC é <u>revisado</u> e <u>disponibilizado</u> em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.			X	

p. o catálogo com os acordos de nível de serviços essenciais de TIC, definidos pelos seus respectivos clientes demandantes, é revisado e disponibilizado em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.		X		
---	--	---	--	--

2. Das Estruturas, Macroprocessos e Processos

2.1. Em relação à estrutura organizacional:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. há no organograma da área de TIC unidade(s) responsável(is) diretamente pelo Macroprocesso de Governança e de Gestão de TIC, bem como de todos os seus processos mínimos estabelecidos na ENTIC-JUD.		X		
b. há no organograma da área de TIC <u>ou</u> do órgão unidade(s) responsável(is) diretamente pelo Macroprocesso de Segurança da Informação, bem como de todos os seus processos mínimos estabelecidos na ENTIC-JUD.		X		
c. há no organograma da área de TIC unidade(s) responsável(is) diretamente pelo Macroprocesso de Software, bem como de todos os seus processos mínimos estabelecidos na ENTIC-JUD.				X
d. há no organograma da área de TIC unidade(s) responsável(is) diretamente pelo Macroprocesso de Serviços, bem como de todos os seus processos mínimos estabelecidos na ENTIC-JUD.				X
e. há no organograma da área de TIC unidade(s) responsável(is) diretamente pelo Macroprocesso de Infraestrutura, bem como de todos os seus processos mínimos estabelecidos na ENTIC-JUD.		X		
f. o organograma da área de TIC privilegia a departamentalização por função e possui nível de decisão estratégico, tático ou gerencial, e operacional.				X

2.2. Em relação à coordenação dos macroprocessos:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. a coordenação do Macroprocesso de Governança e de Gestão de TIC é <u>executada</u> por servidor(es) do quadro permanente de TIC do órgão e em regime de dedicação exclusiva.			X	
b. a coordenação do Macroprocesso de Segurança da Informação é <u>executada</u> por servidor(es) do quadro permanente de TIC <u>ou</u> do órgão e em regime de dedicação exclusiva.			X	
c. a coordenação do Macroprocesso de Software é <u>executada</u> por servidor(es) do quadro permanente de TIC do órgão e em regime de dedicação exclusiva.				X
d. a coordenação do Macroprocesso de Serviços é <u>executada</u> por servidor(es) do quadro permanente de TIC do órgão e em regime de dedicação exclusiva.			X	
e. a coordenação do Macroprocesso de Infraestrutura é <u>executada</u> por servidor(es) do quadro permanente de TIC do órgão e em regime de dedicação exclusiva.			X	

	Nível de adoção da prática			
--	----------------------------	--	--	--

2.3. Em relação aos processos de governança e de gestão:	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. o processo de planejamento estratégico (PETIC) e tático operacional (PDTIC) é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.			X	
b. o processo de planejamento estratégico (PETIC) e tático operacional (PDTIC) é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.			X	
c. o processo de planejamento estratégico (PETIC) e tático operacional (PDTIC) é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.			X	
d. o processo de planejamento orçamentário de TIC é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.			X	
e. o processo de planejamento orçamentário de TIC é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.			X	
f. o processo de planejamento orçamentário de TIC é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.			X	
g. o processo de gerenciamento de projetos de TIC é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.			X	
h. o processo de gerenciamento de projetos de TIC é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.			X	
i. o processo de gerenciamento de projetos é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.			X	
j. o processo de gerenciamento de capacitação de TIC é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.			X	
k. o processo de gerenciamento de capacitação de TIC é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.			X	
l. o processo de gerenciamento de capacitação de TIC é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.			X	
m. o processo de planejamento de aquisições e de contratações de soluções de TIC é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.				X
n. o processo de planejamento de aquisições e de contratações de soluções de TIC é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.				X
o. o processo de planejamento de aquisições e de contratações de soluções de TIC é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		
p. o processo de gerenciamento de contratos de TIC é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.				X
q. o processo de gerenciamento de contratos de TIC é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.				X
r. o processo de gerenciamento de contratos de TIC é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.				X
s. o processo de gestão por competências é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
t. o processo de gestão por competências é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
u. o processo de gestão por competências é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		

2.4. Em relação aos processos de segurança da informação:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. o processo de elaboração, acompanhamento e revisão da Política de Segurança da Informação é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
b. o processo de elaboração, acompanhamento e revisão da Política de Segurança da Informação é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
c. o processo de elaboração, acompanhamento e revisão da Política de Segurança da Informação é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		
d. o processo de classificação e tratamento da informação é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
e. o processo de classificação e tratamento da informação é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
f. o processo de classificação e tratamento da informação é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		
g. o processo de gerenciamento de riscos de segurança da informação é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
h. o processo de gerenciamento de riscos de segurança da informação é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
i. o processo de gerenciamento de riscos de segurança da informação é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		
j. o processo de gerenciamento de acessos e uso de recursos de TIC é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
k. o processo de gerenciamento de acessos e uso de recursos de TIC é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
l. o processo de gerenciamento de acessos e uso de recursos de TIC é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		
m. o processo de gerenciamento e controle de ativos de informação é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
n. o processo de gerenciamento e controle de ativos de informação é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
o. o processo de gerenciamento e controle de ativos de informação é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		
p. o processo de gerenciamento de incidentes de segurança da informação é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
q. o processo de gerenciamento de incidentes de segurança da informação é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
r. o processo de gerenciamento de incidentes de segurança da informação é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		

s. o processo de gerenciamento de continuidade de serviços essenciais de TIC para o órgão é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
t. o processo de gerenciamento de continuidade de serviços essenciais de TIC para o órgão é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
u. o processo de gerenciamento de continuidade de serviços essenciais de TIC para o órgão é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		
v. há ações periódicas de conscientização, educação e capacitação em segurança da informação em todos os níveis do órgão.				X

2.5. Em relação aos processos de software:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. o processo de gerenciamento de escopo e requisitos é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
b. o processo de gerenciamento de escopo e requisitos é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
a. o processo de gerenciamento de escopo e requisitos é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		
b. o processo de gerenciamento de arquitetura é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
c. o processo de gerenciamento de arquitetura é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
d. o processo de gerenciamento de arquitetura é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		
e. o processo de desenvolvimento é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
f. o processo de desenvolvimento é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
g. o processo de desenvolvimento é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> de acordo com indicadores de qualidade.		X		
h. o processo de sustentação ou manutenção é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
i. o processo de sustentação ou manutenção é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
j. o processo de sustentação ou manutenção é <u>revisado</u> e <u>aperfeiçoado</u> de acordo com indicadores de qualidade.		X		
k. o processo de gerenciamento de solução de software (ciclo de vida) é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
l. o processo de gerenciamento de solução de software (ciclo de vida) é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
m. o processo de gerenciamento de solução de software (ciclo de vida) é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		

n. os gestores (clientes demandantes) de solução de software são <u>designados</u> e <u>comunicados formalmente</u> de suas responsabilidades.			X	
o. os gestores técnicos de solução de software são <u>designados</u> e <u>comunicados formalmente</u> de suas responsabilidades.				X

3. Das Competências, Desenvolvimento e Desempenho das Pessoas

3.1. Em relação às competências e ao desenvolvimento:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. há carreira específica de servidores de TIC no quadro permanente do órgão.			X	
b. a carreira específica de servidores de TIC do quadro permanente do órgão é <u>distribuída</u> em cargos ou especialidades e propicia a oportunidade de crescimento profissional.		X		
c. as unidades que compõem a área de TIC foram avaliadas e organizadas <u>formalmente</u> por competências para melhor atender sua atividade técnica precípua.		X		
d. são definidas <u>formalmente</u> diretrizes para garantir o desenvolvimento contínuo das competências técnicas e gerenciais dos servidores do quadro permanente do órgão.		X		
e. há ações no Plano de Capacitação de TIC voltadas para que os servidores do quadro permanente de TIC do órgão, que exercem função de coordenação e de gerência, possam <u>executar adequadamente</u> as competências gerenciais definidas.		X		
f. há ações no Plano de Capacitação de TIC voltadas para que os servidores do quadro permanente de TIC do órgão possam <u>executar adequadamente</u> as competências técnicas definidas.		X		
g. há ações no Plano de Capacitação de TIC voltadas para que os servidores do quadro permanente de TIC do órgão possam <u>efetuar e gerir adequadamente</u> as aquisições de bens e as contratações de serviços de TIC.		X		
h. há critérios objetivos <u>formalmente instituídos</u> para a escolha de líderes ocupantes de funções de coordenação e de gerência.		X		
i. há programa de benefícios, financeiro ou não, para <u>incentivar</u> o desenvolvimento das competências.		X		
j. há <u>revisão</u> anual e aperfeiçoamento, quando necessário, das competências técnicas e gerenciais definidas para as unidades que compõem a área de TIC.		X		

3.2. Em relação ao desempenho:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. são definidas <u>formalmente</u> diretrizes para avaliação e incentivo ao desempenho de gestores de TIC.			X	
b. são definidas <u>formalmente</u> diretrizes para avaliação e incentivo ao desempenho de técnicos de TIC.			X	
c. são definidas <u>formalmente</u> metas específicas conforme atividade exercida para os gestores e técnicos de TIC.			X	

d. há programa de benefício, financeiro ou não, para incentivar e impulsionar o desempenho.			X	
e. há revisão anual e aperfeiçoamento, quando necessário, dos critérios de desempenho exigidos.			X	
f. há gratificação específica para os servidores do quadro permanente de TIC do órgão lotados nas unidades diretamente subordinadas à área de TIC.		X		
g. há bianualmente análise de rotatividade de pessoal para avaliar a efetividade das medidas adotadas na política de gestão de pessoas de TIC definida pelo órgão, para minimizar a evasão de servidores do quadro permanente.		X		
h. há plantão na área de TIC formalmente <u>instituído</u> que observa, no mínimo, o processo judicial e demais serviços essenciais de TIC para o órgão.		X		

4. Dos Riscos, Monitoramento e Auditoria – Controle de Gestão

4.1. Em relação à gestão de riscos:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. há normativo formalmente <u>instituído</u> com diretrizes para a devida gestão dos riscos que afetem, especialmente, à segurança da informação, aos serviços judiciais e demais ativos de TIC críticos do órgão.		X		
b. os papéis e as responsabilidades são <u>definidos</u> e <u>comunicados</u> aos atores envolvidos.		X		
c. os riscos que <u>afetam</u> especialmente a segurança da informação, os serviços judiciais e demais ativos de TIC críticos do órgão são, no mínimo, identificados, avaliados e tratados.		X		
d. o Comitê Gestor de Segurança da Informação <u>toma</u> decisões estratégicas considerando os riscos tratados.		X		
e. o Comitê de Gestão de TIC <u>toma</u> decisões operacionais considerando os riscos tratados.		X		

4.2. Em relação ao monitoramento:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. a Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação é <u>acompanhada</u> e <u>avaliada</u> periodicamente pelo Comitê de Governança de TIC, especialmente quanto à sua efetividade.		X		
b. a Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação é <u>acompanhada</u> e <u>avaliada</u> periodicamente pelo Comitê de Gestão de TIC, especialmente quanto à sua efetividade.		X		
c. a Segurança da Informação é <u>acompanhada</u> e <u>avaliada</u> periodicamente pelo Comitê de Gestor, especialmente quanto à sua efetividade.		X		
d. o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) é <u>acompanhado</u> e <u>avaliado</u> periodicamente pelo Comitê de Governança de TIC quanto ao cumprimento das estratégias, indicadores e metas.		X		

e. o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) é <u>acompanhado</u> e <u>avaliado</u> periodicamente pelo Comitê de Gestão de TIC quanto à efetividade das ações planejadas.		X		
f. a Política de Segurança da Informação é <u>acompanhada</u> e <u>avaliada</u> periodicamente pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação quanto à efetividade das ações planejadas.		X		
g. a Política de Gestão de Pessoas de TIC é <u>acompanhada</u> e <u>avaliada</u> periodicamente pelos Comitês de Governança e de Gestão de TIC quanto à efetividade das ações planejadas.		X		
h. o Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação é <u>acompanhado</u> e <u>avaliado</u> periodicamente pelos Comitês de Governança e de Gestão de TIC quanto à efetividade das ações planejadas.		X		
i. o Plano de Capacitação de TIC é <u>acompanhado</u> e <u>avaliado</u> periodicamente pelo Comitê de Gestão de TIC quanto à efetividade das ações planejadas.		X		
j. o Plano de Continuidade de Serviços de TIC essenciais para o órgão é <u>acompanhado</u> e <u>avaliado</u> periodicamente pelo Comitê de Gestão de TIC quanto à efetividade das ações planejadas.		X		

4.3. Em relação à auditoria interna:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. a área de Auditoria Interna do órgão realiza, no mínimo, auditoria anual na área de TIC com vistas a aferir o atendimento das diretrizes formuladas pelo CNJ relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação estabelecidas na ENTIC-JUD - Resolução nº 211/2015.				X
a. a área de Auditoria Interna do órgão realiza, no mínimo, auditoria anual na área de TIC com vistas a aferir o atendimento das diretrizes formuladas pelo CNJ relacionadas às contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação estabelecidas na Resolução nº 182/2013.				X
b. a área de Auditoria Interna do órgão realiza, no mínimo, auditoria anual quanto a eficácia dos controles da Governança e da Gestão de TIC, inclusive nos aspectos relativos aos riscos afetos à segurança da informação, aos serviços judiciais e aos demais ativos de TIC críticos do órgão.				X
c. a área de Auditoria Interna do órgão realiza, no mínimo, auditoria anual quanto à eficácia dos controles das contratações de soluções de TIC, inclusive nos aspectos relativos aos riscos críticos para o órgão.				X
d. a área de Auditoria Interna do órgão realiza, no mínimo, auditoria anual das contratações de soluções de TIC nos aspectos relacionados à gestão dos contratos.				X

5. Dos Sistemas, Integração e Nivelamento

5.1. Em relação aos sistemas de informação:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. os sistemas de informação são classificados e identificados os que são estratégicos.			X	
b. os sistemas de informação de procedimentos judiciais são portáteis e interoperáveis.		X		

c. os sistemas de informação de procedimentos judiciais estão disponíveis para dispositivos móveis.		X		
d. os sistemas de informação de procedimentos judiciais são responsivos.		X		
e. os sistemas de informação de procedimentos judiciais possuem documentação atualizada.				X
f. os sistemas de informação de procedimentos judiciais oferecem suporte para assinatura baseado em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma de Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).				X
g. os sistemas de informação de procedimentos judiciais atendem aos critérios estabelecidos no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico.		X		
h. é utilizado sistema de informação de procedimentos administrativos já desenvolvido, disseminado e experimentado no âmbito da Administração Pública.			X	
i. é utilizada ferramenta de inteligência e de exploração de dados para disponibilizar informações relevantes para os seus usuários internos e externos, inclusive para a tomada de decisões.			X	

5.2. Em relação à integração de sistemas e disponibilização de informações:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) é utilizado para prover, quando necessária, a integração entre sistemas de informação do primeiro e segundo graus, e de instâncias superiores, bem como de outros entes públicos atuantes nos processos judiciais.				X
b. as informações sobre processos, seus andamentos e o inteiro teor dos atos judiciais neles praticados são disponibilizados na internet (informar a URL), ressalvadas as exceções legais ou regulamentares, conforme disposto nas Resoluções do CNJ.				X

5.3. Em relação ao nivelamento tecnológico:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. é provida 1 (uma) estação de trabalho do tipo <i>desktop</i> para cada usuário interno que faça uso de sistemas e serviços disponibilizados, inclusive com o segundo monitor, ou monitor que permita a divisão de tela para aqueles que estejam utilizando o processo eletrônico.				X
b. é provida 1 (uma) estação de trabalho do tipo <i>desktop</i> ou 1 (um) computador portátil com acesso à rede para cada usuário interno nas salas de sessão e de audiência, e uma tela para acompanhamento dos usuários externos, quando possível.				X
c. é disponibilizado equipamento de impressão e/ou de digitalização compatível com as demandas de trabalho, preferencialmente com tecnologia de impressão frente e verso e em rede, com qualidade adequada à execução dos serviços.				X

d. é disponibilizada 1 (uma) solução de gravação audiovisual de audiência para cada sala de sessão e de audiência,.		X		
e. são disponibilizados <i>links</i> de comunicação entre as unidades e o órgão suficientes para suportar o tráfego de dados e garantir a disponibilidade exigida pelos sistemas de informação, especialmente o processo judicial, com comprometimento máximo de 80% da capacidade total dos <i>links</i> .				X
f. são disponibilizados <i>links</i> de internet redundantes para o órgão, com operadoras distintas, com comprometimento máximo de 80% da capacidade total dos <i>links</i> .				X
g. é disponibilizado ambiente de processamento central (<i>DataCenter</i>) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade estabelecidos em normas nacionais e internacionais, que abrigue os equipamentos principais de processamento e de armazenamento de dados; de segurança e ativos de rede centrais, para maximizar a segurança e a disponibilidade dos serviços essenciais e de sistemas estratégicos.				X
h. é disponibilizada solução de <i>backup</i> com capacidade suficiente para garantir a salvaguarda das informações digitais armazenadas, incluindo tecnologias para armazenamento de longo prazo e cópia dos <i>backups</i> mais recentes, em local distinto do local primário do órgão, de modo a prover redundância e atender à continuidade do negócio em caso de desastre.		X		
i. é disponibilizada solução de armazenamento de dados e respectivos <i>softwares</i> de gerência, em que a capacidade líquida não ultrapasse 80% do limite máximo de armazenamento.				X
j. é disponibilizado parque de equipamentos servidores suficientes para atender às necessidades de processamento de dados dos sistemas e serviços do órgão, com comprometimento médio de até 80% de sua capacidade máxima, e em número adequado para garantir disponibilidade em caso de falha dos equipamentos.				X
k. é disponibilizado, pelo menos, 1 (uma) solução de videoconferência corporativa para uso dos usuários internos ao órgão.				X
l. é disponibilizada 1 (uma) central de serviços de 1º e 2º níveis para atendimento de requisições efetuadas pelos usuários internos e externos, e tratamento de incidentes no que se refere ao uso de serviços e sistemas essenciais.				X
m. é disponibilizada rede sem fio, aderente à sua política de segurança da informação, para a promoção dos serviços ofertados aos usuários internos ao órgão.			X	

6. Dos Serviços de Infraestrutura

6.1. Em relação aos processos de gerenciamento de serviços:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. o processo de gerenciamento do catálogo de serviços de TIC é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
b. o processo de gerenciamento do catálogo de serviços de TIC é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.			X	
c. o processo de gerenciamento do catálogo de serviços de TIC é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.			X	

d. o processo de gerenciamento dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC para o órgão é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
e. o processo de gerenciamento dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC para o órgão é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
f. o processo de gerenciamento dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC para o órgão é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		
g. o processo de gerenciamento de central de serviços de TIC é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
h. o processo de gerenciamento da central de serviços de TIC é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
i. o processo de gerenciamento da central de serviços de TIC é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		
j. o processo de gerenciamento de aquisições de TIC é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
k. o processo de gerenciamento de aquisições de TIC é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
l. o processo de gerenciamento de aquisições de TIC é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		
m. o processo de gerenciamento de incidentes de TIC é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
n. o processo de gerenciamento de incidentes de TIC é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
o. o processo de gerenciamento de incidentes de TIC é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		
p. o processo de gerenciamento de mudanças de TIC é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
q. o processo de gerenciamento de mudanças de TIC é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
r. o processo de gerenciamento de mudanças de TIC é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		
s. o processo de gerenciamento de problemas de TIC é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.	X			
t. o processo de gerenciamento de problemas de TIC é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.	X			
u. o processo de gerenciamento de problemas de TIC é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.	X			
v. o processo de gerenciamento de liberação e implantação de TIC é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
w. o processo de gerenciamento de liberação e implantação de TIC é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
x. o processo de gerenciamento de liberação e implantação de TIC é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		

y. o processo de gerenciamento de ativos de microinformática, incluindo inventário e configuração, é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.	X			
z. o processo de gerenciamento de ativos de microinformática, incluindo inventário e configuração, é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.	X			
aa. o processo de gerenciamento de ativos de microinformática, incluindo inventário e configuração, é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.	X			

6.2. Em relação aos processos de gerenciamento de infraestrutura:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. o processo de gerenciamento de disponibilidade de TIC é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.	X			
b. o processo de gerenciamento de disponibilidade de TIC é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.	X			
c. o processo de gerenciamento de disponibilidade de TIC é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.	X			
d. o processo de gerenciamento de capacidade de TIC é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.	X			
e. o processo de gerenciamento de capacidade de TIC é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.	X			
f. o processo de gerenciamento de capacidade de TIC é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.	X			
g. o processo de gerenciamento de ativos de infraestrutura e de telecomunicações, incluindo inventário e configuração, é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.	X			
h. o processo de gerenciamento de ativos de infraestrutura e de telecomunicações, incluindo inventário e configuração, é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.	X			
i. o processo de gerenciamento de ativos de infraestrutura e de telecomunicações, incluindo inventário e configuração, é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.	X			
j. o processo de monitoramento e de aferição periódica dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC para o órgão é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.		X		
k. o processo de monitoramento e de aferição periódica dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC para o órgão é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
l. o processo de monitoramento e de aferição periódica dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC para o órgão é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.		X		
m. o processo de cópias de segurança (backup) e de restauração (restore) de dados é formalmente <u>instituído</u> como norma de cumprimento obrigatório.			X	
n. o processo de cópias de segurança (backup) e de restauração (restore) de dados é <u>executado</u> de acordo com o seu ato constitutivo.			X	
o. o processo de cópias de segurança (backup) e de restauração (restore) de dados é <u>revisado</u> anualmente e <u>aperfeiçoado</u> quando necessário.			X	

7. Detalhamento

7.1. Em relação à Força de Trabalho:	
a. quantitativo de cargos aprovados de servidores de TIC no quadro de permanente do órgão.	20
b. quantitativo de cargos necessários de servidores de TIC no quadro permanente do órgão, segundo a ENTIC-JUD.	231
c. quantitativo de cargos ocupados de servidores de TIC no quadro permanente do órgão.	18
d. quantitativo de cargos vagos de servidores de TIC no quadro permanente do órgão.	2
e. quantitativo de servidores de TIC do quadro permanente do órgão cedidos à outras unidades do órgão.	0
f. quantitativo de servidores de TIC do quadro permanente do órgão cedidos a outros órgãos ou instituições públicas.	1
g. quantitativo de servidores que atuam na área de TIC do quadro permanente do órgão de outras carreiras (não TIC).	166
h. quantitativo de servidores que atuam na área de TIC do quadro permanente de outros órgãos ou instituições públicas, e de outras carreiras (não TIC).	0
i. quantitativo de servidores de TIC do quadro permanente do órgão que exercem atividade precípua de coordenação e de gerência (chefia).	78
j. quantitativo de servidores de TIC do quadro permanente do órgão que exercem exclusivamente atividade técnica de desenvolvimento e de sustentação ou manutenção de software.	53
k. quantitativo de servidores de TIC do quadro permanente do órgão que exercem exclusivamente atividade técnica de suporte à infraestrutura tecnológica.	35
l. quantitativo de servidores do quadro permanente de outros órgãos ou instituições públicas que exercem exclusivamente atividade técnica.	0
m. quantitativo de empregados sem vínculo com a Administração Pública em cargo/função de livre nomeação.	2
n. quantitativo de terceirizados que desempenham exclusivamente atividade técnica regular no ambiente tecnológico do órgão (contratos de prestação de serviços continuados com disponibilização de mão de obra residente).	575
o. quantitativo de estagiários lotados na área de TIC.	14

7.2. Em relação aos links de comunicação de dados	
a. velocidade do link principal de internet.	2,5 Gb
b. velocidade do link secundário de internet.	2,5 Gb
c. velocidade média dos links de comunicação de dados com as unidades judiciárias.	2 a 34 Mb
d. quantidade de unidades judiciárias sem acesso à internet.	0
e. quantidade de unidades judiciárias sem qualquer link de comunicação de dados.	0

7.3. Em relação aos serviços em nuvem (cloud computing)?

a. há utilização de serviço em nuvem computacional (pública, privada, comunitária e híbrida)?	Não
i. há utilização de Software como um Serviço (Software as a Service - SaaS)?	Não
ii. há utilização de Plataforma como um Serviço (Platform as a Service - PaaS)?	Não
iii. há utilização de Infraestrutura como um Serviço (Infrastructure as a Service - IaaS)?	Não
7.4. Em relação ao sistema de cópias de segurança (backup)	
a. é utilizada tecnologia de armazenamento de dados (backup) em fita?	não
b. é utilizada tecnologia de armazenamento de dados (backup) em disco?	sim
c. é utilizada tecnologia de deduplicação de dados?	sim
d. o armazenamento do backup é feito em ambiente distinto do datacenter principal?	não

7.5. Em relação à execução orçamentária e financeira de TIC do ano de 2015:	
a. valor total do orçamento de TIC <u>aprovado</u> para o órgão.	662.875.595,41
b. valor total do orçamento de TIC <u>aprovado</u> para o órgão em custeio.	377.377.928,74
c. valor total do orçamento de TIC <u>aprovado</u> para o órgão em investimento.	285.497.666,67
d. valor total do orçamento de TIC <u>executado</u> pelo órgão em custeio.	239.338.867,47
e. valor total do orçamento de TIC <u>executado</u> pelo órgão em investimento.	63.283.987,53
f. valor total do orçamento de TIC <u>executado</u> pelo órgão para aquisição de bens de microinformática (Ex. microcomputadores com garantia).	5.735.596,82
g. valor total do orçamento de TIC <u>executado</u> pelo órgão para aquisição de softwares de microinformática (Ex. softwares de prateleira).	7.425.211,55
h. valor total do orçamento de TIC <u>executado</u> pelo órgão para contratação de serviços de suporte à microinformática. (Ex. atendimento 1º e 2º níveis)	92.570.666,16
i. valor total do orçamento de TIC <u>executado</u> pelo órgão para aquisição de bens de infraestrutura tecnológica (Ex. storage com garantia ou suporte técnico).	42.854.335,96
j. valor total do orçamento de TIC <u>executado</u> pelo órgão para contratação de softwares para o suporte à infraestrutura tecnológica (Ex. banco de dados).	63.181.367,68
k. valor total do orçamento de TIC <u>executado</u> pelo órgão para contratação de serviços pontuais ou continuados, com mão de obra residente ou não, para o suporte à infraestrutura tecnológica (Ex. suporte técnico à banco de dados).	51.427.300,30
l. valor total do orçamento de TIC <u>executado</u> pelo órgão para contratação de softwares para o desenvolvimento e a sustentação ou manutenção de soluções de software (Ex. modelagem de dados).	20.442.374,63
m. valor total do orçamento de TIC <u>executado</u> pelo órgão para contratação de serviços pontuais ou continuados, com mão de obra residente ou não, para o desenvolvimento e a sustentação ou manutenção de soluções de software (Ex. fábrica de software).	18.986.001,90

7.6. Em relação às aquisições de bens e de contratações de serviços concluídas no ano de 2015:	
a. quantitativo de contratos concluídos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC.	17
b. quantitativo de contratos concluídos de aquisições de bens de TIC.	5
c. quantitativo de contratos concluídos de prestação de serviços de TIC.	12
d. quantitativo de contratos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC realizados por meio de ata de registro de preços promovida pelo próprio órgão – ARP Solitária (informar o(s) objeto(s)).	1
e. quantitativo de contratos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC realizados por meio de ata de registro de preços promovida pelo próprio órgão e com a participação de outros órgãos ou instituições públicas – ARP Conjunta (informar o(s) objeto(s)).	0
f. quantitativo de contratos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC realizados por meio de participação em ata de registro de preços promovida por outro órgão ou instituição pública – ARP Conjunta (informar o(s) objeto(s)).	0
g. quantitativo de contratos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC realizados por meio adesão a ata de registro de preços promovida por outro órgão ou instituições públicas – ARP Carona (informar o(s) objeto(s)).	0
h. quantitativo de contratos concluídos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC realizados por pregão eletrônico.	13
i. quantitativo de contratos concluídos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC realizados por pregão presencial.	1
j. quantitativo de contratos concluídos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC realizados por dispensa de licitação.	0
k. quantitativo de contratos concluídos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC realizados por inelegibilidade de licitação.	3
l. quantitativo de contratos concluídos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC realizados emergencialmente.	0

7.7. Em relação às aquisições de bens e de contratações de serviços concluídas no ano de 2015 de maior valor:			
Relacione os 5 (cinco) contratos de TIC de maior valor concluídos pelo órgão no ano de 2015:			
Item	Contrato nº	Objeto	Valor (R\$)
1	236/15	<i>Suporte técnico</i>	95.231.060,35
2	361/14	<i>100% Digital</i>	63.761.400,27

3	390/15	Seg.p/ Servidores	58.600.000,00
4	113/15	Service Desk	56.010.066,23
5	327/14	Suporte Oracle	29.999.872,80

7.8. Em relação às dificuldades enfrentadas pela área de TIC:

Relacione as 5 (cinco) maiores dificuldades enfrentadas pela área de TIC no ano de 2015:

Item	Dificuldade
Planejamento Estratégico de TI	execução adequada
Falta de Pessoal	especializado
Falta de orçamento adequado	gestão
Contratos	formato
Contratação x Lei n. 8.666	tempo e custo necessário

7.9. Em relação aos sistemas de informação que sustentam a atividade precípua do órgão:

Relacione os sistemas judiciais utilizados atualmente pelo órgão e informe se foram adquiridos ou desenvolvidos interna ou externamente:

Item	Nome do Sistema	Situação
1	SAJ - PG	Melhoria constante
2	SAJ - SG	Melhoria constante
3		
4		
5		

7.10. Em relação aos sistemas de informação que sustentam a atividade administrativa do órgão:

Relacione os sistemas administrativos utilizados atualmente pelo órgão e informe se foram adquiridos ou desenvolvidos interna ou externamente:

Item	Nome do Sistema
------	-----------------

ITEM	NOME DO SISTEMA	Situação
1	<i>GED - Documentos</i>	<i>Desenvolvimento Externo</i>
2	<i>Workflow</i>	<i>Desenvolvimento Externo</i>
3	<i>Questionários</i>	<i>Desenvolvimento Externo</i>
4	<i>Portal do Servidor</i>	<i>Desenvolvimento Externo</i>
5	<i>SGRH</i>	<i>Desenvolvimento Externo</i>
6	<i>Readaptação</i>	<i>Desenvolvimento Externo</i>
7	<i>Licença Saúde</i>	<i>Desenvolvimento Externo</i>
8	<i>MED-Prontuário Eletrônico</i>	<i>Desenvolvimento Externo</i>
9	<i>Perícias Médicas</i>	<i>Desenvolvimento Externo</i>
10	<i>Publicações SAS</i>	<i>Desenvolvimento Externo</i>
11	<i>Credenciamento de Peritos</i>	<i>Desenvolvimento Externo</i>
12	<i>Campanhas Médicas</i>	<i>Desenvolvimento Externo</i>
13	<i>Avaliação de Desempenho</i>	<i>Desenvolvimento Externo</i>
14	<i>Banco de Talentos</i>	<i>Desenvolvimento Externo</i>
15	<i>Capacitação</i>	<i>Desenvolvimento Externo</i>

16	Concurso, Nomeação e Posse	Desenvolvimento Externo
17	Remoção	Desenvolvimento Externo
18	Transformação de Cargos L.C. 1260/2015	Desenvolvimento Externo
19	Substituição Eventual	Desenvolvimento Externo
20	Controle de Estagiários	Desenvolvimento Externo
21	Controle de Vagas	Desenvolvimento Externo
22	Assistente Judiciário	Desenvolvimento Interno
23	Penalidades	Desenvolvimento Interno
24	Legislação	Desenvolvimento Interno
25	Auxílio Vigias	Desenvolvimento Interno
26	Creche Escola	Desenvolvimento Interno
27	Indenização de Férias (Portaria Especial)	Desenvolvimento Interno
28	PASEP	Desenvolvimento Interno
29	Recebimento de Arquivos	Desenvolvimento Interno
30	Auxílio Extraordinário	Desenvolvimento Interno

31	Greve 2004	Desenvolvimento Interno
32	Frequência	Desenvolvimento Externo
33	Gratificações	Desenvolvimento Externo
34	Plantão Judiciário	Desenvolvimento Externo
35	Adicional de Qualificação	Desenvolvimento Externo
36	Progressão de Grau	Desenvolvimento Externo
37	Cálculo de Benefícios	Desenvolvimento Externo
38	Inclusão de Tempo de Serviço	Desenvolvimento Externo
39	Portal de Intranet	Desenvolvimento Interno
40	Portal de internet	Desenvolvimento Interno
41	Portal Adotar	Desenvolvimento Interno
42	Portal Ejus	Desenvolvimento Interno
43	Portal EPM	Desenvolvimento Interno
44	TJSustentável	Desenvolvimento Interno
45	Controle de Atas de Correição	Desenvolvimento Interno

46	Gerenciamento de Temas - NURER	Desenvolvimento Interno
47	Folha On-Line Magistrados	Desenvolvimento Interno
48	Controle de Volumes de Processos - Execução contra Fazenda	Desenvolvimento Interno
49	Eleição Órgão Especial	Desenvolvimento Interno
50	Semana Nacional da Conciliação - Senacon	Desenvolvimento Interno
51	Gerenciamento de Informações - Core	Desenvolvimento Externo
52	EJUS - Aulas/Cursos/Palestras	Desenvolvimento Externo
53	Controle de Expediente Forense/Suspensão de Prazos	Desenvolvimento Externo
54	Controle de Jurados	Desenvolvimento Interno
55	Gerador de Assinaturas Padronizadas	Desenvolvimento Interno
56	Consulta ao Banco de Interesse - Vaga de Assistente Judiciário	Desenvolvimento Interno
57	Recursos Físicos	Desenvolvimento Interno
58	Boletim DJE	Desenvolvimento Interno
59	Notícias TJSP	Desenvolvimento Interno
60	Turmas Especiais, Peças Processuais	Desenvolvimento Interno
61	Endereços/Lista Telefônica	Desenvolvimento Interno

62	Atendimento de Informática	Desenvolvimento Interno
63	Sistema de Pesquisa de Conteúdo - EasySearch	Desenvolvimento Externo
64	Produtividade 1ª Instância	Desenvolvimento Interno
65	Leilão Eletrônico	Desenvolvimento Interno
66	Competência Territorial	Desenvolvimento Interno
67	Sistema de Upload de Arquivos	Desenvolvimento Interno
68	Sistema de Consulta nos Totens	Desenvolvimento Externo
69	NURER - Integração com o CNJ	Desenvolvimento Interno
70	Canal Direto com o Presidente	Desenvolvimento Interno
1	ALX - Sistema de Almoxarifado	Em produção
2	CPA - Controle de processos administrativos	Em produção
3	DJE - Diário da Justiça Eletrônico	Em produção
4	Folha Funcional	Em produção
5	Ingresso na Magistratura	Em produção
6	M&M - Sistema de Malas e Malotes	Em produção

7	Malote Digital-CNJ	<i>Em produção</i>
8	MLJ - Mandado de Levantamento Judicial	<i>Em produção</i>
9	PDB - Promoções, Designações e Benefícios	<i>Em produção</i>
10	PEX - Portal do Extrajudicial	<i>Em produção</i>
11	Portal do Magistrado	<i>Em produção</i>
12	POS - Previsão Orçamentária Setorial	<i>Em produção</i>
13	REC - Receitas	<i>Em produção</i>
14	SCL - Compras & Licitações	<i>Em produção</i>
15	SGF - Sistema Financeiro Orçamentário	<i>Em produção</i>
16	SGV - Sistema de Gestão de Frotas	<i>Em produção</i>
17	SIP - Patrimônio -	<i>Em produção</i>
18	Sistema EPM	<i>Em produção</i>
19	SMG - Sistema de Mandados Gratuitos	<i>Em produção</i>

20	SPD - Sistema de Pedidos	<i>Em produção</i>
21	Portal de Custas	<i>Em desenvolvimento</i>

CONCLUSÃO

Os itens presentes neste levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC promovido pelo CNJ, de forma direta ou indireta, contribuem para melhorias na minha área de TIC.

Concordo totalmente (X)

Concordo parcialmente

Indiferente

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

Comentários: registre abaixo seus comentários acerca do presente levantamento, incluindo críticas aos itens formulados (itens mal compreendidos, considerados irrelevantes ou não aplicáveis ao contexto do órgão), alerta para situações especiais não contempladas, ou qualquer outra contribuição que considere pertinente. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo levantamento.

Maior clareza nas questões para instituição de processos não contemplados na 211/2015

Questões já associadas aos respectivos artigos da Resolução

Declaração de Conhecimento

Concordo - Como Dirigente desta área técnica, declaro estar de acordo com as respostas apresentadas neste levantamento, as quais refletem a realidade desta área de TIC.